

**CERIMÓNIA DE ASSINATURA DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE TERRENO AO INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E ATMOSFERA PARA INSTALAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE RADAR METEOROLÓGICO NA SERRA DE SANTA BARBARA, ILHA TERCEIRA**

**Angra do Heroísmo, 20 de novembro de 2017**

***Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro***

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, para saudar a Senhora Ministra da Mar, Ana Paula Vitorino, pelo seu interesse em estar presente nesta cerimónia, associando-se a este ato que constitui mais um passo na instalação do radar meteorológico na ilha Terceira.

Considero, Senhora Ministra, que a feliz circunstância de estar presente neste momento se traduz num comprometimento do Governo da República em que este processo, tendo em conta a sua relevância para a vida dos Açorianos, avance rápido e avance bem.

Sei que esta relevância, que, aliás, todos nós temos consciência que evoluiu para um patamar de verdadeira e efetiva urgência a partir do momento em que, pela Força Aérea dos Estados Unidos da América, foi desativado o único radar que servia o arquipélago, é perfeitamente assumida pelo Governo da República, como, aliás, está patente no Orçamento de Estado para o próximo ano.

A importância deste processo tem, em grande medida, a ver com a segurança dos Açorianos e com a previsão atempada e o desencadear das medidas necessárias à sua proteção e dos seus bens, mas também com um conjunto alargado de atividades civis, com destaque para a navegação aérea.

Basta referir que estamos a falar de um arquipélago situado no meio do Atlântico, com grande dispersão entre ilhas, sujeito a condições meteorológicas adversas e a fenómenos climatéricos que são cada vez mais extremos e frequentes.

Nesse sentido, nos Açores, porventura tanto ou mais que noutras partes do nosso país, devido aos constrangimentos geográficos a que estamos sujeitos, o detalhe com que se possam efetuar as previsões meteorológicas quando estão em causa fenómenos mais graves não é um capricho de uma Região ou matéria sequer que deva ser de querela política.

É sim um imperativo de um Estado que se quer responsável e previdente.

Assinalamos, pois, com satisfação, o início deste processo que, apesar de tardio e que atravessou vários Governos, encontra em Vossa Excelência, Senhora Ministra, e no Governo que integra, os protagonistas da correção deste atraso e de um processo, também, que suprirá uma das falhas importantes do Estado Português na Região Autónoma dos Açores.

Da parte do Governo dos Açores, não apenas chamámos a atenção para este assunto aos mais variados níveis, como respondemos também presente a essa tarefa, com a cedência do terreno para a instalação do futuro Radar de Santa Bárbara.

Importa, agora, que o processo de concurso público que se seguirá para a aquisição dos equipamentos necessários à instalação do novo radar seja o mais célere possível e permita uma instalação rápida do mesmo, minimizando a lacuna que ainda permanecerá na previsão meteorológica de maior pormenor na Região, no âmbito da rede nacional de radares gerida pelo IPMA.

A instalação do Radar de Santa Bárbara não completa, contudo, o conjunto das necessidades que importa que o Estado assegure na Região Autónoma dos Açores.

A constituição de uma rede de radares na Região Autónoma dos Açores, capaz de providenciar uma cobertura e leitura atempada dos fenómenos meteorológicos no conjunto das nove ilhas e ao longo dos cerca de 600 km que as separam, implica que se avance, também de forma rápida, para a instalação do radar meteorológico em São Miguel e, também, para um terceiro na ilha das Flores.

Só assim, com a conclusão integral destes investimentos, que não ignoramos serem avultados, se poderá afirmar que os Açores estarão em condições de igualdade com o restante país neste domínio e que os Açorianos gozam do mesmo grau de atenção e apoio do Estado do que os restantes concidadãos.

Tenho a certeza de que a Senhora Ministra do Mar e o atual Governo da República partilham desta preocupação comum e quererão acompanhar o grau de ambição que o Governo dos Açores impõe a este dossier, que é exatamente proporcional ao grau de necessidade real dos Açores nesta matéria.

Da nossa parte, garantimos que o Governo dos Açores se mantém totalmente empenhado e interessado em tudo fazer, dentro das suas competências, responsabilidades e possibilidades, para que este processo decorra sem mais delongas.

Faço, assim, votos que a boa colaboração que deu origem a este juntar de vontades, materializada neste ato de cedência de terrenos pela Região, traga também rápidos e concretos desenvolvimentos na instalação dos restantes radares.

Este é, aliás, um bom exemplo da concretização prática da Declaração Conjunta assinada, em abril de 2016, entre os dois Governos e que tem tido desenvolvimentos concretos, aos mais diversos níveis, na solução de problemas e desafios concretos que se colocam aos Açorianos.

Quero precisamente sublinhar o espírito que, da nossa parte, que presidiu à construção daquela Declaração Conjunta, e que é o de, para cada desafio, haver uma resposta, um trabalho conjunto de procura dessa resposta, pois a verdade dos factos diz-nos que, no âmbito desta Declaração, já se deram passos significativos em matérias que estavam pendentes com a República há demasiado tempo, assim como em outras que resultaram de novos desafios colocados aos Açores nos últimos tempos.

Basta referir, a título de exemplo, e apenas no que concerne aqui à ilha Terceira, a assunção clara do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira como “documento estratégico e orientador” das ações do Governo da República neste domínio, o que permitiu que se esteja a avançar em áreas como o processo de certificação da base para uso civil e a operação 'low cost' para a Terceira, entre muitas outras.

E muitas outras áreas existem em que essa colaboração conjunta, sem atropelos de competências, mas convergente e não excludente, pode, mais rápida e mais facilmente, produzir resultados a bem dos Açores, o mesmo é dizer a bem do país.

Importa, sobretudo, não embarcar em visões de Autonomia que a entendam como substitutiva da intervenção do Estado.

Ou, dito de outra forma, em visões do papel do Estado que deixa as Regiões Autónomas apenas e só à sua sorte, sempre que estejam em causa competências regionalizadas.

Por aquilo que nos reúne aqui, por tudo aquilo que já aqui referi, julgo não ser exagerada a convicção de não ser esse, nem o entendimento de Vossa Excelência, Senhora Ministra do Mar, nem o entendimento do Governo que integra.

E é exatamente por isso que, neste momento, atrevo-me a mencionar dois exemplos de uma área que oferece ainda imensas possibilidades de colaboração: o Mar e tudo aquilo que lhe diz respeito.

E, em concreto, refiro-me aos esforços que Vossa Excelência tem liderado, e bem, quer quanto à captação de investimento externo para o sistema portuário nacional, quer quanto à definição de medidas que reforcem a competitividade dos portos nacionais.

Em ambos os casos, há exemplos bem recentes do trabalho desenvolvido por si, lembrando aqui a visita que realizou recentemente à China e a aprovação em Conselho de Ministros, na passada quinta-feira, da Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026.

Estes são dois casos bem elucidativos do potencial que ainda encerra a abordagem conjunta a matérias de importância decisiva para o nosso futuro coletivo, seja no continente, seja nos Açores, seja na Madeira.

E, por isso, o desafio que aqui lhe deixo, Senhora Ministra do Mar, é o de, quer num caso, quer noutro, ter uma abordagem que inclua, que integre, que seja convergente, que, no fundo, potencie as vantagens que, também os Açores e a Madeira, podem, - lembro, por exemplo, o Porto da Praia da Vitória - apresentar para o seu posicionamento e, o mesmo é dizê-lo, para o posicionamento do país.

Não queremos sobrecarregar o Estado com a representação, neste domínio, das Regiões autónomas.

Julgo que conseguiremos representar-nos nesta matéria, mas é necessário, efetivamente, que, também aqui, esta abordagem que hoje tivemos possa dar exemplos concretos de integração e de convergência de um trabalho que possa ter em conta as Regiões Autónomas.

Esta cerimónia que hoje nos junta aqui, na ilha Terceira, é mais um sinal que demonstra que estamos todos empenhados e determinados em, no respeito pelas competências de cada uma das partes, fazer cumprir as funções do Estado nos Açores.

Não deixar este sinal esgotar-se aqui e levá-lo mais além é o desafio que queremos vencer.

Muito obrigado pela vossa atenção.